

# Ideias&

## EDITORIAL

### O TAMANHO DO ROMBO

Após seis meses, governo Felício Ramuth (PSDB) muda discurso e altera o valor da dívida anunciado em janeiro

São José dos Campos, 6 de janeiro de 2017. Sentados à mesa, no 7º andar do Paço Municipal, estavam os secretários Anderson Farias Ferreira, José de Mello Corrêa e Melissa Pulice. O presidente da Câmara, Juvenil Silvério (PSDB), completava a tropa governista, reunida para a coletiva que anunciaria o rombo financeiro deixado pelo ex-prefeito Carlinhos Almeida (PT).

Até o mais desinformado sabia que a situação da prefeitura era péssima. A gestão anterior havia deixado de pagar fornecedores e enfrentava forte desgaste junto à população. A situação se agravava ainda mais depois da eleição, vencida por Felício Ramuth (PSDB) em primeiro turno.

Foi neste contexto que José de Mello Corrêa anunciou o tamanho do rombo: R\$ 306 milhões. O espanto foi geral. O discurso, dali em diante, passou a ser justificativa para redução de investimentos em várias áreas. Cultura e esportes foram afetados de maneira

mais aguda pela tesoura.

Para chegar a R\$ 306 milhões, o governo incluiu a dívida do IPSM (Instituto de Previdência do Servidor Municipal) e pagamentos por serviços não realizados e que poderiam ser suspensos imediatamente.

Seis meses depois...

São José dos Campos, 13 de julho de 2017. Sentado à frente do microfone de rádio, José de Mello Corrêa anuncia que o governo pagará toda a dívida herdada da gestão anterior até o fim deste mês.

Quer dizer que os R\$ 306 milhões foram pagos?

Nada disso. Mello sustenta agora que a dívida era de R\$ 184 milhões em janeiro. Excluiu dessa conta o déficit do IPSM. Motivo: o atual governo, além de não pagar a dívida deixada no Instituto, ainda ampliou esse saldo negativo.

Como se não bastasse, Mello ainda assumiu que havia cancelado os serviços não prestados à Prefeitura de São José.

A cidade, que não tinha acesso aos números e relatórios do governo, confiou no discurso do grupo eleito para suceder os petistas, responsáveis por uma gestão cheia de falhas entre 2013 e 2016.

Agora, entretanto, começa a cair por terra o discurso dos R\$ 306 milhões.

É preciso ter respeito à população, que paga os impostos e necessita saber qual a real situação dos cofres públicos. Sem politicagem, sem Fla-Flu entre os dois partidos que se revezam no comando da cidade desde 1993. ■



## ARTIGO

### TEMER: CAI OU NÃO CAI?

**Pollyana Gama**

Deputada Federal pelo PPS

Nos últimos dias, a pergunta que mais ouço é se o presidente Michel Temer cai ou não. O rito processual exige o mínimo de 342 votos para que ele seja afastado e a investigação inicie.

A princípio, a análise e votação se dão na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, na qual o relator, o deputado federal Sérgio Zveiter (PMDB-RJ), votou, no último dia 10, para o prosseguimento da denúncia.

Independente do resultado, o Plenário será soberano quanto à decisão final se autoriza ou não a investigação pelo Supremo Tribunal Federal. Como 172 votos são suficientes para manutenção do presidente no cargo.

Vários são os cidadãos que hoje fazem a pergunta com a

qual iniciei este artigo.

Ao respondê-la, utilizei como ilustração um jogo da infância chamado “Cai, não cai”, estabelecendo algumas correlações e deixando claro que a situação não é nem de perto uma brincadeira. Pelo contrário! É muito séria e exige responsabilidade. Embora com perspectivas distintas de visualização e análise da política, nosso foco deve ser o desenvolvimento do país.

No jogo, o objetivo dos participantes é assegurar que bolinhas de gude sejam mantidas sobre varetas que são retiradas uma a uma. No caso da denúncia contra o presidente - bolinha da vez - será um tanto diferente, pois a “movimentação das varetas”, votação, estará condicionada por princípios que orientam cada integrante da Câmara.

O resultado mostrará quais são esses princípios. Uma denúncia grave como essa não pode ser ignorada. Por essa razão votarei para que seja investigada pelo STF.

## IMAGEM DA SEMANA



**Semana polêmica.** O presidente do Senado, Eunício Oliveira, durante a conturbada votação que aprovou a reforma trabalhista

Antonio Cruz/Agência Brasil

## CARTAS

### Redação

redação@vale.com.br

### MANTIQUEIRA

Em março, mais precisamente dia 24, às 15h, o Auro Lúcio Silva, que esteve à frente da organização do 1º Encontro no ano passado esteve na Fundação Cultural Cassiano Ricardo, em reunião com o Sr. Aldo, presidente da FCCR. Segundo o Auro, que se afastou da Comissão Executiva do 2º Encontro, porque está fora do país, o Sr. Aldo disse na ocasião a ele que não tinha dinheiro para disponibilizar para a realização do evento. Mas, o Auro Lucio, argumentou que não estava ali pedindo dinheiro. Queria que

a Fundação cedesse a mesma infraestrutura que no ano anterior. Ou seja, tendas, palco, mobiliário, som e iluminação, e que o resto ficaria por nossa conta conseguir verba, assim como no 1º Encontro. O Sr. Aldo, então, disse que a FCCR ajudaria, sim, e que a Fernanda entraria em contato. Falamos com o Auro Lucio no dia 12 e ele disse que entregou uma proposta para o Sr. Aldo, de três folhas. Desde então, nem Fernanda nem Sr. Aldo entraram mais em contato, apesar de inúmeros recados deixados nos devidos departamentos.

Também temos documentado e, este sim protocolado, uma nova proposta de solicitação de equipamentos feitos pela Orbe, ONG que “abriga” e administra inclusive os poucos recursos do Encontro. Também não tivemos resposta a cerca desse pedido até hoje. No último domingo (9), estive na Mostra de Arte e Cultura, em São Francisco Xavier, e a Fátima Gilberti, diretora geral da MAC sugeriu que o 2º Encontro fosse realizado no Casarão da Fazenda, onde está acontecendo este ano, pois os eventos terminam no próximo dia 31

e a tenda e outras estruturas do local poderiam ser usadas. Vale ressaltar que apenas o Casarão não pode ser utilizado, porque a exposição de arte ficará no local até o dia 15 de agosto, à disposição dos alunos das escolas, que terão visitação monitoradas. Em princípio pareceu uma ideia interessante, mas encontramos certos problemas estruturais para abrigar o evento de literatura. A tenda é pequena e esta fixada no gramado. Caso chova no dia do evento, o espaço fica inutilizável. Outra coisa é a falta de sanitários. Tem apenas dois -

feminino e masculino - pequenos. Mas o maior problema, além da distância do centro de São Francisco Xavier, é a acessibilidade. O Casarão, que não pode abrigar um número concentrado de pessoas, pois o piso pode ceder, fica no alto de um morro. Queremos deixar claro que a ideia de ocupar o Casarão não foi a Prefeitura e nós que levamos a proposta, por escrito para o subprefeito, Marcos Rosa, pedindo autorização. Ele achou ótima a saída, pois tiraria facilitaria a organização. Mas declinamos da ideia pela falta de acessibili-